



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS - FEDERAL Nº 2121/2024

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2024.

[REMOVIDO], ajuizado por [NOME].

Trata-se de Autora com quadro clínico de fratura de úmero proximal, dor crônica, com limitação do arco de movimento (Evento 1, OUT6, Página 1; Evento 1, PRONT7, Página 1; Evento 26, LAUDO2, Página 1), solicitando o fornecimento de transporte e deslocamento, internação e tratamento cirúrgico (artroplastia total reversa de ombro esquerdo) (Evento1, INIC1, Página 17).

O tratamento das fraturas de úmero, na sua maioria, é realizado por meio de métodos não cirúrgicos, com bons resultados funcionais. Entretanto, existem situações e determinados tipos de fraturas de úmero para as quais o tratamento conservador não se mostra eficaz. Amparados pelos sensíveis progressos das últimas décadas na cirurgia do traumatismo do aparelho locomotor, com melhores técnicas e materiais de osteossíntese, as indicações cirúrgicas nas fraturas de úmero são adotadas em situações cada vez mais frequentes, como traumatismos múltiplos, fraturas expostas, fraturas bilaterais, fraturas patológicas, etc.

Informa-se que a internação e tratamento cirúrgico (artroplastia total reversa de ombro esquerdo) estão indicados ao manejo do quadro clínico da Autora - fratura de úmero proximal, dor crônica, com limitação do arco de movimento (Evento 1, OUT6, Página 1; Evento 1, PRONT7, Página 1; Evento 26, LAUDO2, Página 1). Além disso, estão cobertos pelo SUS de acordo com a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP), na qual constam: tratamento cirúrgico de fratura / lesão fisária da extremidade proximal do úmero, sob os seguintes códigos de procedimento: 04.08.02.033-4, considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

Para regulamentar o acesso aos procedimentos em ortopedia incorporados no SUS, o Ministério da Saúde publicou a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade em Traumatismo-Ortopedia, prevendo a organização de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Estado da Saúde e do Distrito Federal e as Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de redes estaduais e regionais, bem como contando com os Componentes da Atenção Básica, Especializada e das Redes de Atenção em Ortopedia Regional de cada unidade federada.

Nesse sentido, no Estado do Rio de Janeiro, foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite as Deliberações CIB-RJ nº 1.258 de 15 de abril de 2011 e CIB-RJ nº 561 de 13 de novembro de 2008 (ANEXO), que aprovam a Rede de Traumatologia e Ortopedia de Média e Alta Complexidade no Estado do Rio de Janeiro. Assim, o Estado do Rio de Janeiro conta com as unidades habilitadas no SUS para atenção ortopédica e suas referências para as ações em ortopedia de média e alta complexidade no Estado do Rio de Janeiro.

O ingresso dos usuários nas unidades que ofertam os serviços do SUS, ocorre por meio do sistema de regulação, conforme previsto na Política Nacional de Regulação que organiza o serviço em três dimensões (Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência) para qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde.

Em consulta à plataforma on-line do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad - INTO (ANEXO II), foi verificado que a Autora se encontra em lista de espera para cirurgia artroplastia - CTA / Reversa (ombro), posição: 210º situação: AGUARDANDO CHAMADO.

Assim, considerando que a Autora já está sendo atendida por uma unidade de saúde pertencente ao SUS e habilitada na referida Rede de Traumatologia e Ortopedia de Média e Alta Complexidade no Estado do Rio de Janeiro, a saber o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad - INTO (Evento 1, OUT6, Página 1), informa-se que a via administrativa para o caso em tela já está sendo utilizada e que tal unidade é responsável por garantir a continuidade do tratamento ortopédico da Autora ou, caso não possa absorver a demanda, deverá encaminhá-la a uma unidade apta em atendê-la.

Por fim, salienta-se que informação acerca de transporte e deslocamento não consta no escopo de atuação deste Núcleo.

É o Parecer

Secretaria de
Saúde



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

À 8ª Turma Recursal - 1º Juiz Relator, do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

ANEXO I

ANEXO II

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.